

Julho 2025 | Edição 11

 **FGV IBRE**

*CENTRO DE ESTUDOS
PARA O DESENVOLVIMENTO
DO NORDESTE*

BOLETIM MACRO REGIONAL

NORDESTE



**Os municípios do
Nordeste são os
que mais dependem
de transferências
intergovernamentais**

Menos de 10% da receita corrente é originada
por arrecadação própria

Sumário

Editorial.....	3
Atividade Econômica	5
Atividade Setorial – Indústria.....	8
Atividade Setorial – Serviços e Comércio.....	10
Mercado de Trabalho	14
Inflação	18
Comércio Exterior	20
Finanças Públicas	22
Nordeste em Foco.....	25





Editorial

O Boletim Macro Regional desta edição mostra, na seção de atividade econômica, conforme o Índice de Atividade Econômica Regional do Banco Central, um avanço na região Nordeste de 0,5% em abril/25 frente ao mês anterior; 1,4% na comparação com o último trimestre e 3% na comparação interanual. No acumulado do ano, o Nordeste registou alta de 2,6%, porém abaixo da média nacional de 3,5% (medido pelo IBC-Br) – esta última impulsionada pelo setor da agropecuária, em que o Nordeste tem um menor dinamismo. A Bahia segue sendo o destaque com o maior crescimento interanual da região em abril (+4,8%), seguido pelo Ceará com 2,6%. Pernambuco interrompeu uma sequência de maus resultados registrados desde o início do ano e apresentou uma elevação, ainda que moderada, de 0,9% em abril também na comparação interanual. Os resultados positivos da Bahia e Ceará estão associados, no primeiro caso, à indústria de transformação (juntamente com o bom desempenho de serviços ligados ao consumo das famílias e ao turismo) e, no segundo caso, ao setor de serviços e ao comércio. Já em Pernambuco, apesar da leve melhora, persistem fragilidades tanto na indústria de transformação como em alguns segmentos nos serviços.

Os dados acima continuam a confirmar as perspectivas de uma expansão econômica da região Nordeste no ano em curso, demonstrando um forte grau de resiliência frente às condições monetárias restritivas que devem persistir até o final do ano, conforme sinalização feita na última ata do Copom do Bacen.

A indústria nordestina mostrou reação em abril/25, com alta de 7,2% e bem acima do resultado nacional (+0,1%). No entanto, esse resultado é devido, principalmente, à variação atípica de Pernambuco (+31,3%). Na comparação interanual, o crescimento foi modesto: de 0,2% na região. No acumulado no ano, o resultado ainda é negativo, com queda de -3,1%. Apesar de uma das explicações dessa retração do ano ser a base elevada de 2024, algumas fragilidades setoriais precisam ser enfrentadas.

O volume de serviços no Nordeste em abril/25 voltou a apresentar crescimento, só que mais disseminado, diferentemente de março, quando foi mais heterogêneo. Pernambuco foi o destaque com crescimento de 5,3%. Maranhão, Sergipe e Paraíba também indicaram taxas de expansão relevantes. Bahia, principalmente, com queda de 2,4% e Rio Grande do Norte (-0,5%) não acompanharam esse movimento.

Na seção do mercado de trabalho, com dados da PNAD Contínua, é apresentado que o rendimento real médio no Nordeste se situava em R\$ 2.383 no primeiro trimestre de 2025, com alta de 2,5% em relação ao trimestre anterior e de 8,0% na comparação interanual. Ambos os resultados bem superiores à média nacional, com 1,2% e 4%, respectivamente, nas mesmas bases de comparação. Cabe destacar que, apesar dessas taxas positivas, o



Fortaleza, Ceará



João Pessoa, Paraíba



Maceió, Alagoas



Aracaju, Sergipe



Natal, Rio Grande do Norte



Salvador, Bahia



Recife, Pernambuco



São Luis, Maranhão



Teresina, Piauí



valor médio da região representa apenas cerca de 70% do valor da média nacional (R\$ 3.410).

A massa de rendimentos na região Nordeste foi estimada em R\$ 53,7 bilhões indicando estabilidade em relação ao trimestre imediatamente anterior. No último ano, a expansão foi de 11,4%, refletindo efeitos positivos combinados da dinâmica das ocupações e dos ganhos reais dos rendimentos médios verificados no período.

Em termos de ocupação formal, segundo os dados do Caged de maio, o saldo de empregos no Nordeste foi de 45,9 mil, sendo superior em 11,4 mil postos criados na comparação com maio/2024. O setor de serviços foi o principal responsável por essa dinâmica. Indústria de transformação e construção também ajudaram nesse bom número. Olhando por estados, Bahia e Pernambuco foram os que tiveram melhores desempenhos.

O Boletim apresenta também dados, para a região Nordeste, de inflação medida pelo IPCA, indicando taxa de 0,44% em maio/2025 – acima da variação do Brasil, que ficou em 0,26%. Apesar de uma variação menor na comparação interanual, o IPCA do Nordeste ficou 0,13 p.p. acima da taxa registrada em abril/2025.

Depois, seguem informações de comércio exterior, apresentando que a balança comercial do Nordeste em maio/25 registrou déficit de US\$ 90,3 milhões, menor valor dos últimos meses. Essa redução do déficit teve na queda expressiva das importações (-30,1%) a principal explicação, mas o aumento das exportações de ferro e aço da região também contribuíram para a obtenção desse resultado.

Já a seção de finanças públicas mostra como principal resultado que, no Nordeste, a média da razão entre o total de transferências intergovernamentais (federais ou estaduais) e a receita corrente dos municípios agregados atinge, em média, aproximadamente 90%, resultado que coloca a região como a que tem a maior dependência desses repasses. A segunda região com maior dependência (Sudeste) tem, em média, menos de 82% nessa razão.

Por fim, o “Nordeste em Foco” apresenta uma importante discussão sobre os problemas relacionados à interrupção do fluxo escolar, ocasionados pela retenção, evasão ou abandono. Com citações da literatura sobre esse tema, reforça que os custos privados e sociais são potencialmente maiores do que somente as deficiências de aprendizagem que surgem por essa não continuidade regular dos estudos. No Nordeste, essa situação, apesar da melhora significativa ao longo da série de tempo analisada, ainda merece atenção, principalmente da evasão escolar no 9º ano – o artigo contribui trazendo propostas de uma agenda para a redução desse problema da evasão na região, com principal foco em mecanismos/formas de melhoria da gestão nas escolas.



Atividade Econômica

A atividade econômica do Nordeste cresce 3,0% em abril na comparação interanual

Após expansão de 0,6% no 1º trimestre de 2025, a atividade econômica do Nordeste avançou 0,5% em abril frente ao mês anterior – maior avanço entre as grandes regiões brasileiras -, mantendo a trajetória de crescimento, ainda que em ritmo moderado (ver gráficos 1 e 2). No acumulado do trimestre móvel encerrado em abril, a região registra alta de 1,4%, inferior ao observado no IBC-Br para o mesmo período (+1,8%), indicando que, embora o ciclo de alta esteja em curso, o dinamismo da economia nordestina segue abaixo da média do país.

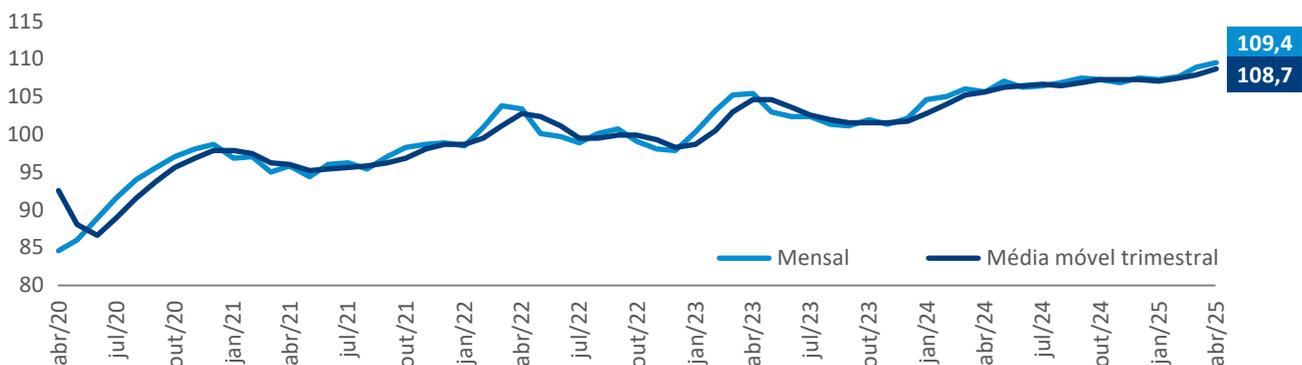
Entre os estados Nordestinos, a Bahia, que havia liderado a região com crescimento expressivo no 1º trimestre, registrou queda de 0,6% em abril. No Ceará, o desempenho também veio misto, com recuo de 0,3% em abril, mas o resultado trimestral se manteve em território positivo (+1,6%). Já Pernambuco, após quedas sucessivas desde o início do ano, mostrou um avanço expressivo de 6,1% em abril, impactado principalmente pelo crescimento da produção industrial. No entanto, esse salto isolado não foi suficiente para reverter a tendência de desaceleração, com o trimestre móvel ainda acumulando variação negativa (-0,4%). A volatilidade sugere correções pontuais, possivelmente influenciadas por fatores temporários em setores industriais específicos, sem que isso configure, por ora, uma mudança estrutural no ciclo da atividade local.

Tabela 1: Variações percentuais do IBC-R com ajuste sazonal – abril/2025

UF	Mês ⁽¹⁾	Trimestre ⁽²⁾
BA	▼0,6	▲2,3
CE	▼0,3	▲1,6
PE	▲6,1	▼0,4
NE	▲0,5	▲1,4
BR	▲0,2	▲1,8

Fonte: Banco Central. Elaboração: Centro de Estudos para Desenvolvimento do Nordeste do FGV IBRE. Notas: (1) variação do mês em relação ao mês imediatamente anterior. (2) variação no trimestre em relação ao trimestre imediatamente anterior.

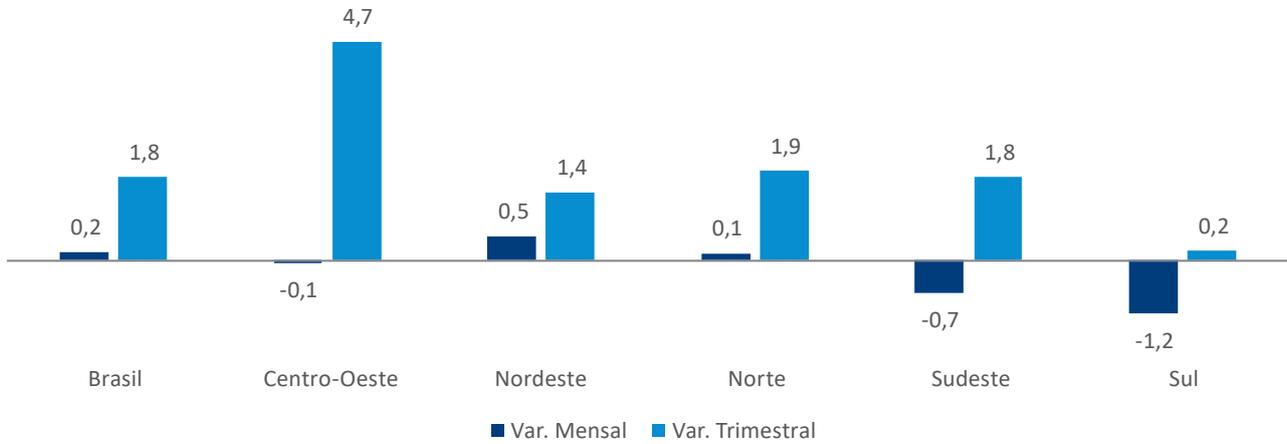
Gráfico 1: Evolução do Índice de Atividade Econômica do Banco Central - Região Nordeste
(com ajuste sazonal)



Fonte: Banco Central (BC). Elaboração: Centro de Estudos para Desenvolvimento do Nordeste do FGV IBRE.



Gráfico 2: Índice de Atividade Econômica do Banco Central por Região em abril/2025
(com ajuste sazonal)



Fonte: Banco Central.

A atividade econômica do Nordeste cresceu 3,0% em abril na comparação interanual, acelerando frente ao ritmo observado em março. Apesar da melhora no mês, o desempenho no acumulado do ano segue ligeiramente abaixo do registrado no agregado nacional, cujo IBC-Br avançou 3,5% na mesma base de comparação, enquanto o Nordeste registou alta de 2,6%. Esses resultados são reflexo, em grande parte, do forte impulso da agropecuária sobre a economia de outras regiões com maior peso do setor.

A Bahia se manteve como o principal motor da economia nordestina, registrando o maior crescimento interanual da região em abril (+4,8%) e acumulando altas expressivas tanto no trimestre (+5,4%) quanto nos últimos 12 meses (+4,1%). A trajetória de expansão baiana, como já falado em boletins anteriores, tem como motores a indústria de transformação, aliada ao bom desempenho de serviços ligados ao consumo das famílias e ao turismo, segmentos com peso relevante na estrutura produtiva do estado.

O Ceará também segue com desempenho positivo e estável, com crescimento de 1,7% em abril e aceleração no acumulado do trimestre (+2,5%) e no ano (+2,6%). O setor de serviços e o comércio, em particular, continuam sendo os principais vetores da atividade no estado, apoiados pela resiliência do mercado de trabalho.

Já Pernambuco apresentou avanço de 0,9% em abril na comparação interanual, interrompendo a sequência de resultados negativos observados desde o início do ano. No entanto, o estado ainda acumula queda no trimestre (-1,1%) e recuo equivalente na média anualizada, o que aponta recuperação ainda incerta. A fragilidade persistente da indústria de transformação e de alguns segmentos de serviços tem limitado a capacidade de reação da economia pernambucana.

Os resultados mais recentes confirmam que a economia nordestina segue em trajetória de crescimento, impulsionada principalmente pelo desempenho consistente de estados como Bahia e Ceará. A expansão regional permanece ancorada na resiliência do consumo interno e na sustentação do setor de serviços, que continua sendo o principal motor da atividade na maioria das unidades federativas do Nordeste. No entanto, as perspectivas à frente permanecem condicionadas à manutenção de políticas de estímulo à renda e ao crédito, cuja eficácia tende a ser limitada em um ambiente de política monetária ainda fortemente restritiva — com a taxa Selic em 15% ao ano — e diante de um cenário macroeconômico marcado por incertezas fiscais que podem alongar ainda mais o ciclo de aperto monetário.



Tabela 2: Variações percentuais do IBC-R – abril/2025

UF	Mês ⁽¹⁾	Trimestre ⁽²⁾	Ano ⁽³⁾	Últimos 12 meses ⁽⁴⁾
BA	▲ 4,8	▲ 5,4	▲ 5,1	▲ 4,1
CE	▲ 1,7	▲ 2,5	▲ 2,6	▲ 4,6
PE	▲ 0,9	▼ 1,1	▼ 1,1	▲ 2,9
NE	▲ 3,0	▲ 2,7	▲ 2,6	▲ 4,1
BR	▲ 2,5	▲ 3,4	▲ 3,5	▲ 4,0

Fonte: Banco Central. Elaboração: Centro de Estudos para Desenvolvimento do Nordeste do FGV IBRE. Notas: (1) variação do mês em relação ao mesmo mês do ano anterior. (2) variação no trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. (3) variação dos últimos 12 meses em relação aos mesmos meses do ano anterior.



Atividade Setorial – Indústria

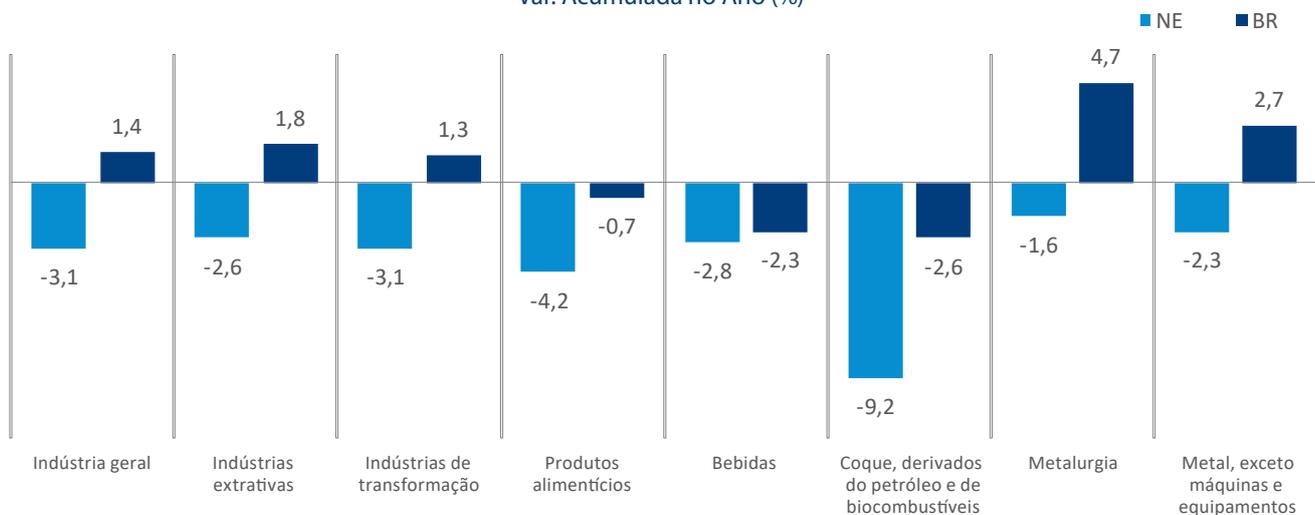
A indústria do Nordeste avança em abril, mas acumula queda de 3,1% em 2025

Após o forte recuo observado em março, a indústria nordestina apresentou reação em abril, com alta de 7,2% na margem — desempenho bem acima do resultado nacional (+0,1%). O avanço, no entanto, é influenciado principalmente pela variação atípica de Pernambuco (+31,3%), associada a efeitos estatísticos e ajustes pontuais no setor industrial local. Em relação a abril/2024, o crescimento de 0,2% na região indica estabilidade, mas segue aquém da reversão necessária para compensar o desempenho fraco acumulado no ano, com queda de 3,1%.

A queda no acumulado no ano reflete as retrações tanto na indústria de transformação (-3,1%) quanto na extrativa (-2,6%), evidenciando a dificuldade de retomada do setor industrial. Entre as atividades com maior peso na estrutura produtiva da região, destacam-se os recuos em alimentos (-4,2%) e bebidas (-2,8%), segmentos tradicionalmente relevantes para o parque industrial local. A maior pressão negativa, no entanto, veio da produção de coque, derivados de petróleo e biocombustíveis, com queda expressiva de 9,2%, contribuindo de forma significativa para o desempenho fraco do agregado (ver Gráfico 1). Ainda assim, no acumulado em 12 meses, a indústria nordestina mantém crescimento de 1,7%, sustentado, sobretudo, pela base favorável em 2024.

Gráfico 1: Produção Física Industrial por atividade - Nordeste

Var. Acumulada no Ano (%)



Fonte: PIM-PF - IBGE. Elaboração: Centro de Estudos para Desenvolvimento do Nordeste do FGV IBRE.

Entre os estados nordestinos, a Bahia segue como principal destaque positivo no setor industrial. O estado registrou alta de 0,5% na margem e avanço de 3,3% na comparação interanual, acumulando crescimento de 2,7% no ano e de 3,1% em 12 meses. A resiliência da indústria baiana é sustentada pela indústria de transformação (+4,2%) na comparação interanual, com destaque para as atividades de fabricação de papel e celulose (+10,6%), derivados de petróleo (+15,7%) e fabricação de máquinas e aparelhos elétricos (+9,9%).

O Ceará apresentou retração expressiva na margem (-3,9%) e queda de 5,3% frente a abril de 2024, com desempenho negativo nos segmentos de produção de alimentos (-12,3%), produtos têxteis (-16,1%) e fabricação de produtos de metal (-20,2%) na comparação com abril do ano anterior. Pernambuco apresentou forte alta na margem (+31,3%), mas o resultado reflete essencialmente uma base estatística deprimida após meses



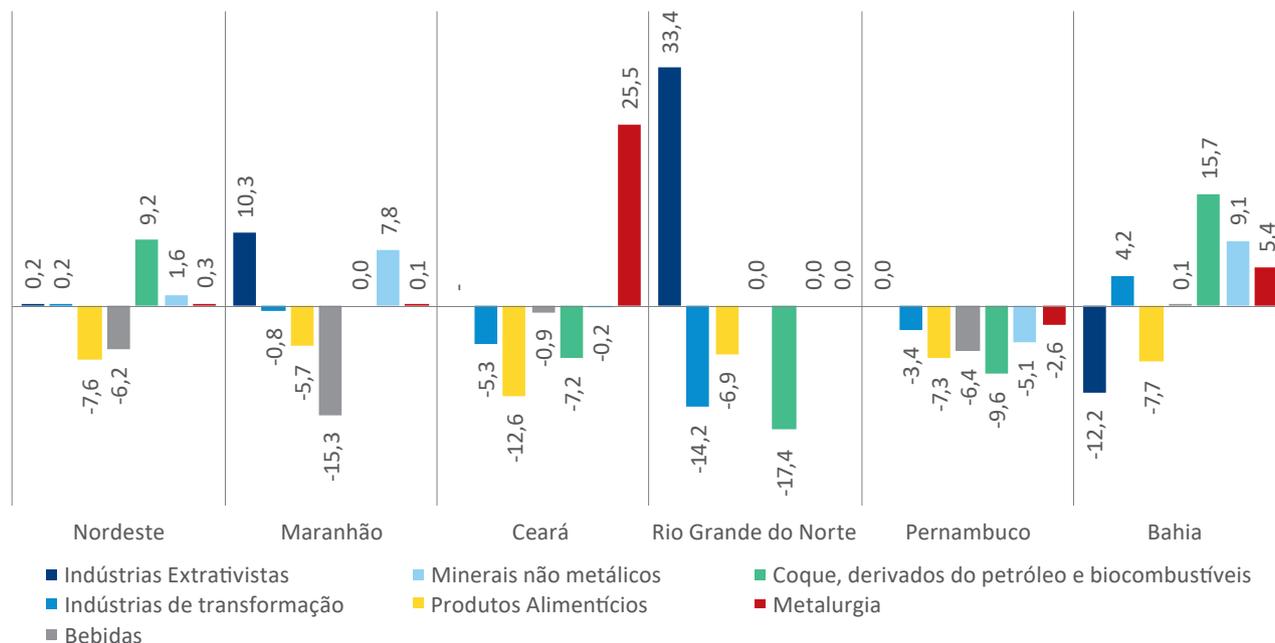
seguidos de queda. Na comparação interanual, o estado ainda recua 3,4% e acumula retração de 15,9% no ano. O principal fator segue sendo a forte queda na produção de derivados de petróleo e biocombustíveis (-9,6%), alimentos e bebidas. Em relação ao Rio Grande do Norte (-12,9%) e Maranhão (-0,2%), ambos apresentaram quedas na comparação interanual, mas com bons níveis de produção na indústria extrativa.

Tabela 1: Desempenho da Indústria Geral – abril/2025

UF	Var. Mensal ⁽¹⁾	Var. Mesmo mês ⁽²⁾	Var. acum. ano	Var. acum. 12 meses
BA	▲0,5	▲3,3	▲2,7	▲3,1
CE	▼3,9	▼5,3	▼1,8	▲3,8
MA	-	▼0,2	▼6,7	▼0,2
PE	▲31,3	▼3,4	▼15,9	▼1,6
RN	-	▼12,9	▼18,2	▼6,6
NE	▲7,2	▲0,2	▼3,1	▲1,7
BR	▲0,1	▼0,3	▲1,4	▲2,4

Fonte: PIM-PF-IBGE. Elaboração: Centro de Estudos para Desenvolvimento do Nordeste do FGV IBRE. Notas: (1): variação em relação ao mês anterior com ajuste sazonal. (2) variação em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Gráfico 2: Produção Física Industrial por atividade
Variação mês/mesmo mês do ano anterior (%)



Fonte: PIM-PF-IBGE. Elaboração: Centro de Estudos para Desenvolvimento do Nordeste do FGV IBRE.

De forma geral, os dados reforçam o diagnóstico de um setor industrial nordestino ainda fragilizado, com desempenho heterogêneo entre os estados. A manutenção da taxa Selic em patamar elevado limita a recuperação do investimento produtivo e encarece o crédito, dificultando uma retomada mais consistente da atividade industrial na região.



Atividade Setorial – Serviços e Comércio

Comércio e serviços tiveram desempenho razoável no Nordeste em abril

Após o desempenho heterogêneo registrado em março, o volume de serviços no Nordeste voltou a apresentar crescimento mais disseminado em abril, embora com variações importantes entre os estados. Pernambuco liderou os avanços na margem (+5,3%), sinalizando possível retomada após meses de volatilidade. Maranhão (+2,5%), Sergipe (+1,9%) e Paraíba (+1,5%) também registraram altas importantes. Em contrapartida, Bahia (-2,4%) e Rio Grande do Norte (-0,5%) apresentaram retrações, sinalizando acomodação após resultados positivos anteriores. No acumulado do ano, apenas o Piauí se manteve no campo negativo.

Tabela 1: Desempenho do Volume de Serviços – abril/2025

UF	Var. Mensal ⁽¹⁾	Var. Mesmo mês ⁽²⁾	Var. acum. ano	Var. 12 meses
AL	▲0,2	▲3,1	▲3,6	▲2,3
BA	▼2,4	▼2,2	▲1,3	▲1,1
CE	▲0,2	▲5,2	▲5,1	▲2,4
MA	▲2,5	▲0,7	▲2,8	▲2,4
PB	▲1,5	▲8,8	▲6,3	▲5,3
PE	▲5,3	▲2,8	▲0,5	▲3,2
PI	▼0,2	▼2,2	▼0,8	▲2,6
RN	▼0,5	▲3,0	▲6,4	▲7,4
SE	▲1,9	▲8,3	▲7,4	▲8,5
BR	▲0,2	▲1,8	▲2,2	▲2,7

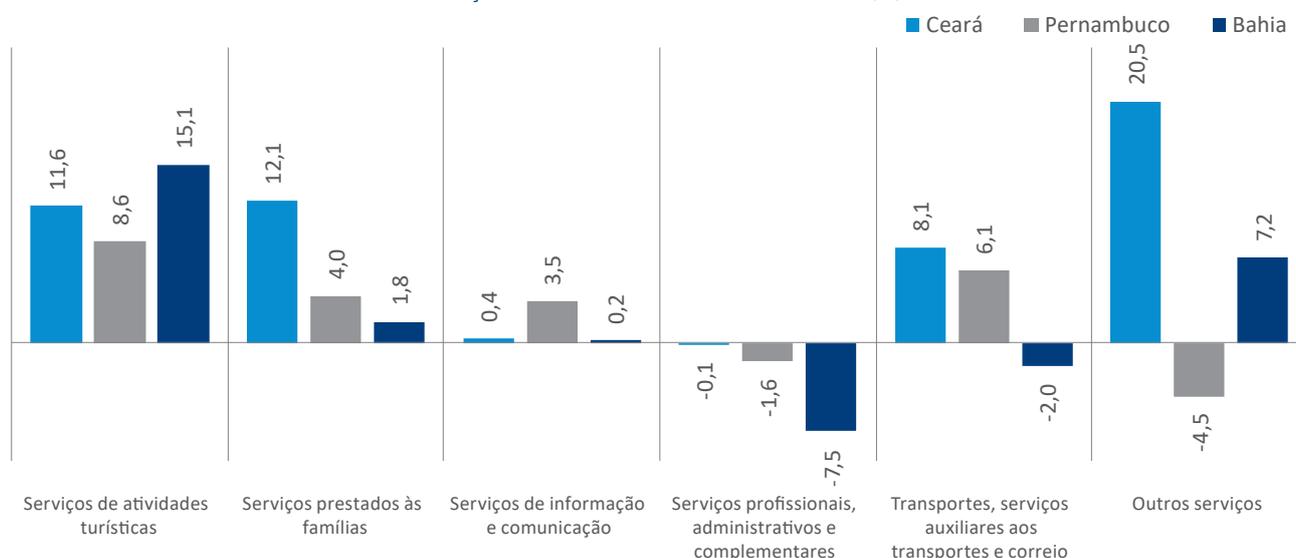
Fonte: PMS-IBGE. Elaboração: Centro de Estudos para Desenvolvimento do Nordeste do FGV IBRE. Notas: (1): variação em relação ao mês anterior com ajuste sazonal. (2) variação em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Entre as maiores economias da região, apenas a Bahia registrou retração interanual em abril, resultado influenciado principalmente pela queda no volume de serviços de transportes (-2,0%) e de serviços profissionais e administrativos (-7,5%). Por outro lado, o estado apresentou desempenho positivo nas atividades turísticas (+15,1%), que se destacaram como principal vetor de sustentação do setor no mês. No caso de Pernambuco, o desempenho positivo vem dos segmentos de serviços ligados a turismo, transporte e serviços prestados às famílias. No Ceará, o avanço do mês também teve como principal motor o setor de turismo, que cresceu 11,6%, além dos serviços prestados às famílias (+12,1%) e outros serviços (+20,5%), veja o Gráfico 1.



Gráfico 1: Volume de Serviços por atividade

Varição mês/mesmo mês do ano anterior (%)



Fonte: PMS-IBGE. Elaboração: Centro de Estudos para Desenvolvimento do Nordeste do FGV IBRE.

No comércio varejista, a maioria dos estados do Nordeste apresentou crescimento em abril/2024. Sergipe obteve a maior alta na margem (+1,3%), seguido por Pernambuco (+1,0%), este último impulsionado pelos supermercados e hipermercados (+8,9%) e móveis e eletrodomésticos (+12,7%). A Bahia teve leve alta de 0,2% na margem e crescimento de 1,8% na comparação anual. Apesar do resultado positivo, o desempenho foi afetado por perdas relevantes em equipamentos de escritório e informática (-44,3%) e em livros e papelaria (-41,2%). No Ceará, o volume de vendas caiu 1,5% na margem, mas segue com expansão interanual de 4,0%, sustentada por resultados positivos em artigos farmacêuticos (+16,4%) e outros artigos de uso pessoal e doméstico (+16,5%). No entanto, o estado sofreu quedas expressivas nos segmentos de livros e papelaria (-42,4%) e equipamentos de escritório (-18,2%).

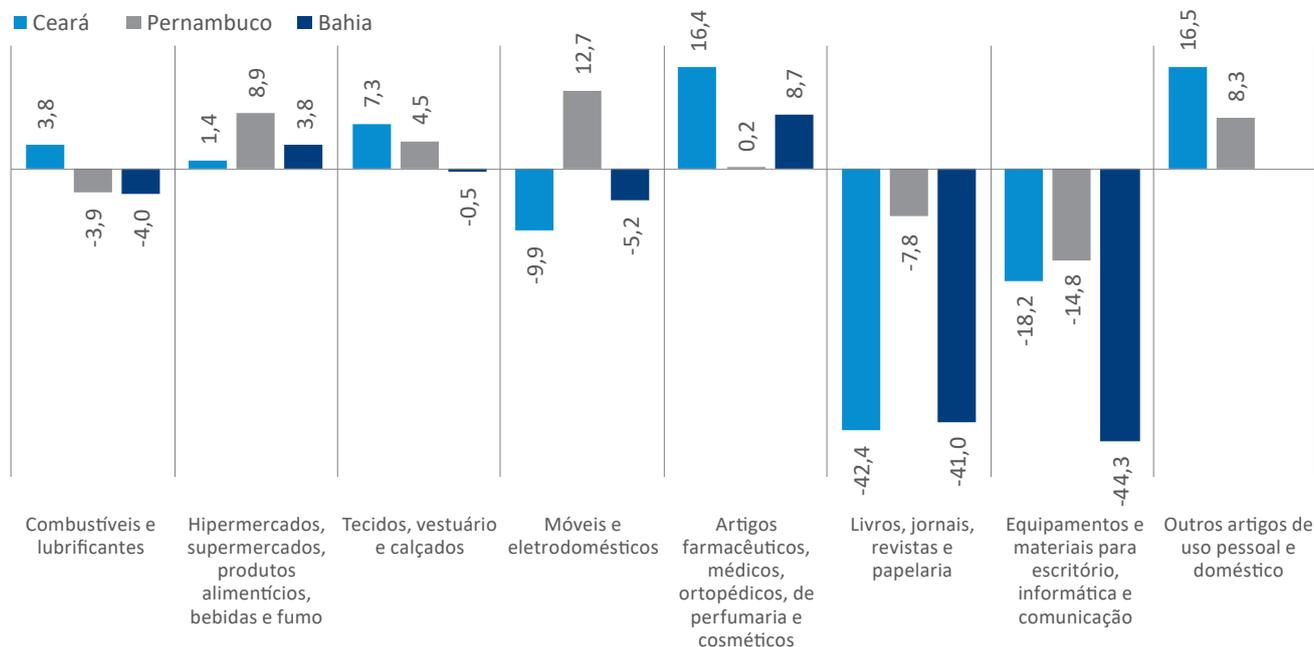
Tabela 2: Desempenho do Comércio Varejista – abril/2025

UF	Var. Mensal ⁽¹⁾	Var. Mesmo mês ⁽²⁾	Var. acum. ano	Var. acum. 12 meses
AL	▲0,5	▲10,2	▲4,9	▲6,4
BA	▲0,2	▲1,8	▲0,1	▲3,6
CE	▼1,5	▲4,0	▲3,6	▲5,7
MA	▼0,4	▲3,6	▲1,4	▲3,1
PB	▲0,8	▲11,6	▲5,8	▲11,2
PE	▲1,0	▲5,8	▲2,2	▲3,7
PI	▼1,0	▲4,6	▲4,9	▲6,4
RN	▲0,7	▲3,9	▲1,3	▲3,4
SE	▲1,3	▲4,0	▼0,4	▲3,1
BR	▼0,4	▲4,8	▲2,1	▲3,4

Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: Centro de Estudos para Desenvolvimento do Nordeste do FGV IBRE. Notas: (1): variação em relação ao mês anterior com ajuste sazonal. (2) variação em relação ao mesmo mês do ano anterior.



Gráfico 2: Volume de Vendas no Comércio Varejista por seguimento
Variação mês/mesmo mês do ano anterior (%)



Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: Centro de Estudos para Desenvolvimento do Nordeste do FGV IBRE.

No comércio varejista ampliado, assim como aconteceu no comércio varejista, a maioria dos estados nordestinos cresceu na margem em abril, com destaque para Pernambuco (+2,3%) e Sergipe (+1,9%). Pernambuco também obteve bom crescimento interanual (4,9%), influenciado pelas vendas no atacado de alimentos e bebidas. O Ceará também apresentou números positivos na margem (+1,5%) e na comparação interanual (+7,2%), este último como resultado do crescimento no atacado de alimentos e bebidas, além dos materiais de construção. Já a Bahia avançou apenas 0,1% e recuou 2,2% na comparação com abril/2024, pressionada por uma queda expressiva no atacado de alimentos e bebidas (-22,2%).

Tabela 3: Desempenho do Comércio Ampliado – abril/2025

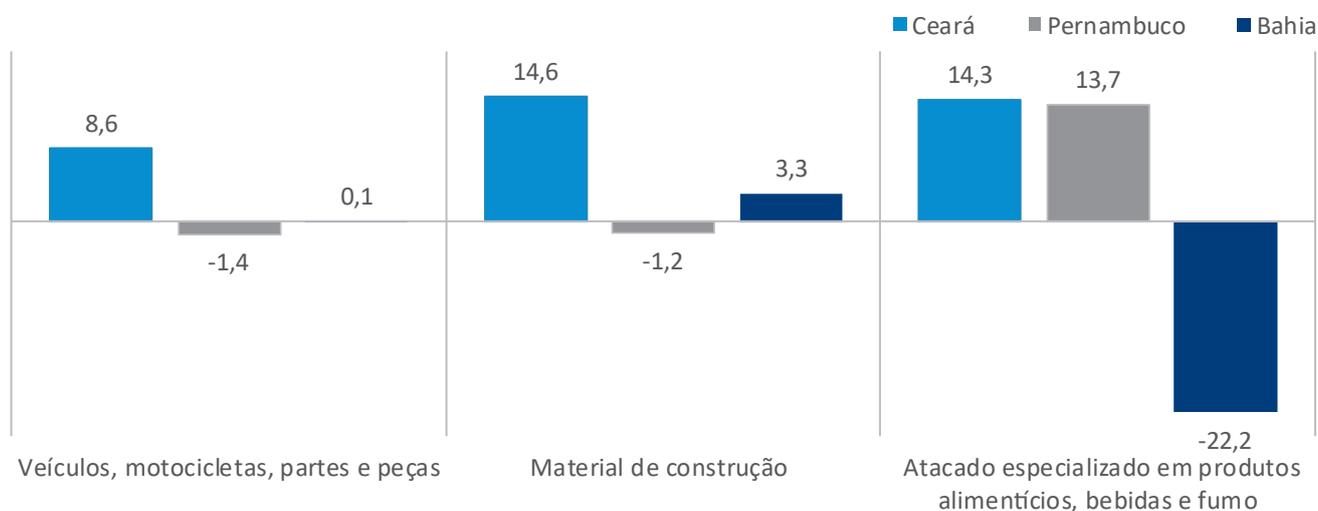
UF	Var. Mensal ⁽¹⁾	Var. Mesmo mês ⁽²⁾	Var. acum. ano	Var. acum. 12 meses
AL	▲0,2	▲4,2	▲1,4	▲4,9
BA	▲0,1	▼2,2	▼2,5	▲1,9
CE	▲1,5	▲7,2	▲6,1	▲6,5
MA	▲0,3	▼1,2	▼3,7	▲1,1
PB	0,0	▲9,6	▲6,7	▲10,8
PE	▲2,3	▲4,9	▲1,7	▲4,7
PI	▼0,4	▲0,5	▲3,5	▲6,8
RN	▼1,3	▼0,3	▲1,5	▲4,6
SE	▲1,9	▲2,1	▼1,2	▲3,2
BR	▼1,9	▲0,8	▲1,0	▲2,7

Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: Centro de Estudos para Desenvolvimento do Nordeste do FGV IBRE. Notas: (1): variação em relação ao mês anterior com ajuste sazonal. (2) variação em relação ao mesmo mês do ano anterior.



Gráfico 3: Volume de Vendas no Comércio Varejista Ampliado por seguimento

Varição mês/mesmo mês do ano anterior (%)



Fonte: PMC-IBGE. Elaboração: Centro de Estudos para Desenvolvimento do Nordeste do FGV IBRE.

No Nordeste, o setor de serviços segue como principal motor da atividade econômica, sustentado pela demanda interna, enquanto o comércio varejista e ampliado, apesar de avanços pontuais, ainda reflete oscilações e fragilidades em segmentos mais expostos ao crédito e à renda. A resiliência do consumo das famílias permanece como elemento central da dinâmica regional, mas seu fôlego segue limitado por juros elevados, inflação persistente no setor de serviços e um ambiente de incerteza que ainda freia a recuperação mais ampla da economia.



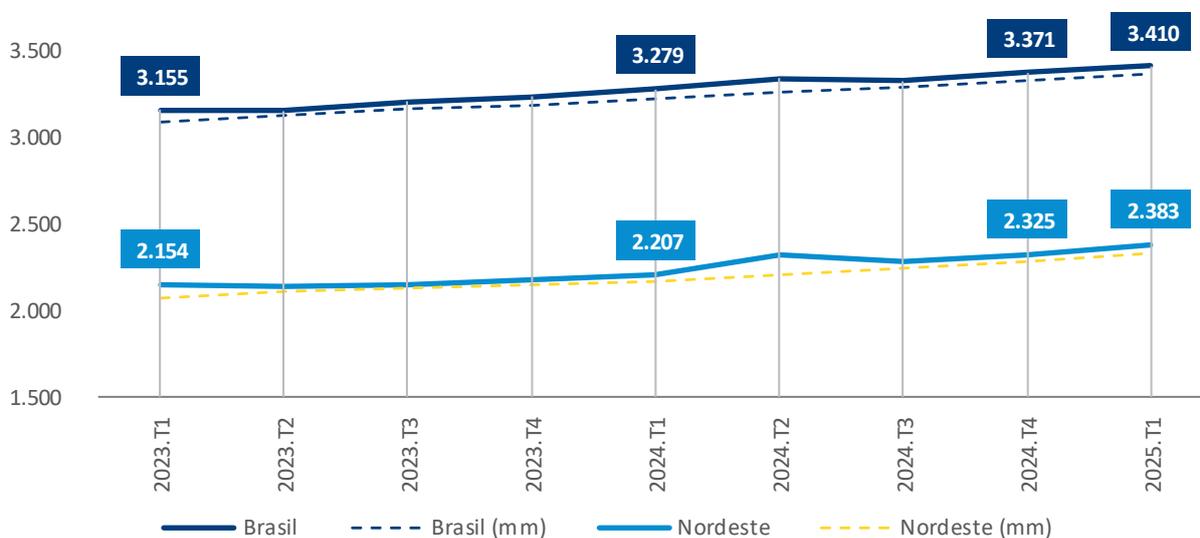
Mercado de Trabalho

Rendimento real médio do trabalho no Nordeste avança 2,5% no trimestre e acumula alta de 8% em 12 meses

Como destacado da última edição do Nordeste em Foco (publicado no Boletim Macro Regional Nordeste de junho/2025), os rendimentos do trabalho representavam, em média, 67,3% do total da renda domiciliar per capita na região Nordeste. Essa participação, embora figure entre as mais baixas na comparação com as demais regiões, reforça a importância de acompanhar a evolução dessa classe de rendimentos, uma vez que flutuações nesse componente têm impactos imediatos sobre o bem-estar econômico das famílias e sobre os indicadores sociais da região.

Os dados da PNAD Contínua permitem o acompanhamento trimestral do valor médio do rendimento do trabalho. Segundo os dados mais recentes, o rendimento real médio no Nordeste foi estimado em R\$ 2.383 no primeiro trimestre de 2025, o que representa alta de 2,5% em relação ao trimestre anterior e de 8,0% em relação ao mesmo período de 2024. Apesar da recuperação recente, o valor médio da região permanece significativamente abaixo da média nacional (R\$ 3.410). O Gráfico 1 apresenta a trajetória do rendimento médio do trabalho no Nordeste e no Brasil, ao longo dos últimos trimestres.

Gráfico 1: Rendimento real médio do trabalho - Nordeste e Brasil
(2023.T1 – 2025.T1)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: Centro de Estudos para Desenvolvimento do Nordeste do FGV IBRE.

No Gráfico 1 é possível verificar que o Nordeste, assim como o Brasil, apresentou crescimento quase constante, ainda que com oscilações sazonais, refletindo recuperação gradual dos níveis de rendimento após os impactos recentes da desaceleração econômica. Na comparação entre o primeiro trimestre de 2023 e o de 2025, observa-se aumento de 10,6% no rendimento médio real do trabalho na região, acima do crescimento calculado para o agregado nacional, que foi de 8,1%.

Na desagregação por unidades da federação, a Tabela 1 revela que todos os estados nordestinos apresentaram crescimento no rendimento médio do trabalho, embora com forte heterogeneidade entre eles. O destaque



absoluto foi Pernambuco, com alta de 23,4% em 12 meses, seguido por Alagoas (13,4%) e Sergipe (13,2%), indicando um crescimento robusto dos rendimentos nesses estados. Por outro lado, Bahia (0,9%) e Paraíba (1,5%) registraram variações mais modestas.

Tabela 1: Rendimento real médio do trabalho (R\$ mensais) no Nordeste – trimestres selecionados

UF	2024.T1	2024.T4	2025.T1	Var.trim	Var.anual
AL	2.179	2.395	2.471	▲ 3,2	▲ 13,4
BA	2.212	2.173	2.231	▲ 2,7	▲ 0,9
CE	2.093	2.190	2.260	▲ 3,2	▲ 8,0
MA	1.990	2.100	2.088	▼ 0,6	▲ 4,9
PB	2.403	2.464	2.438	▼ 1,1	▲ 1,5
PE	2.163	2.550	2.670	▲ 4,7	▲ 23,4
PI	2.374	2.433	2.508	▲ 3,1	▲ 5,6
RN	2.590	2.641	2.758	▲ 4,4	▲ 6,5
SE	2.277	2.595	2.577	▼ 0,7	▲ 13,2
NE	2.207	2.325	2.383	▲ 2,5	▲ 8,0
BR	3.279	3.371	3.410	▲ 1,2	▲ 4,0

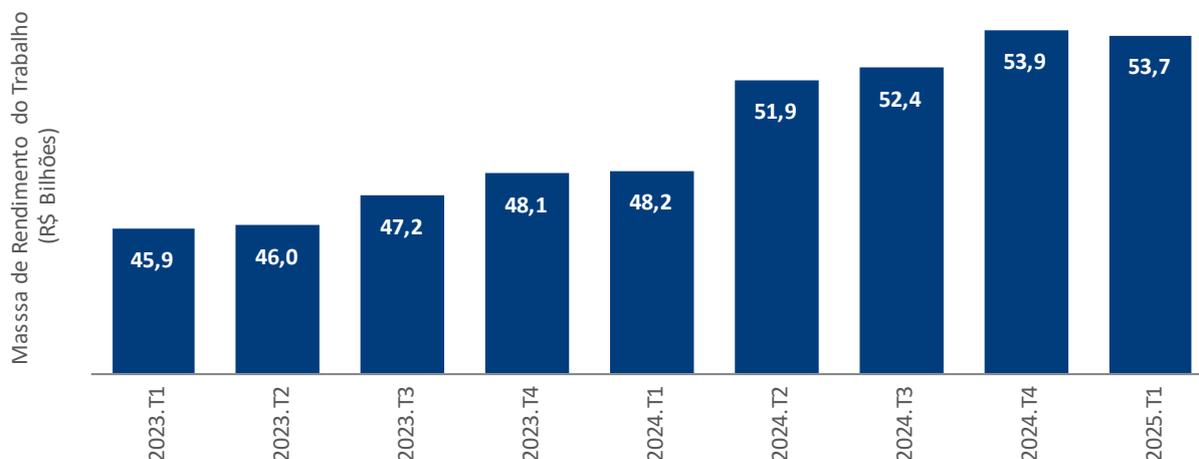
Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: Centro de Estudos para Desenvolvimento do Nordeste do FGV IBRE.

No âmbito das variações trimestrais, os dados mais recentes mostram que o rendimento do trabalho cresceu 2,5% no Nordeste como um todo, superando a média nacional de 1,2%. A expansão foi especialmente significativa em Pernambuco (+4,7%), Rio Grande do Norte (+4,4%), e em Alagoas e Ceará (ambos com +3,2%). Por outro lado, Maranhão (-0,6%), Sergipe (-0,7%) e Paraíba (-1,1%) apresentaram retrações no trimestre.

A massa de rendimentos do trabalho permite avaliar os efeitos combinados da variação dos rendimentos e da dinâmica das ocupações, oferecendo um retrato mais amplo do impacto econômico do mercado de trabalho na região.



Gráfico 2: Massa de rendimentos dos ocupados - Nordeste
(2023.T1 – 2025.T1)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: Centro de Estudos para Desenvolvimento do Nordeste do FGV IBRE.

No primeiro trimestre de 2025, a massa de rendimentos do trabalho no Nordeste foi estimada em R\$ 53,7 bilhões, valor praticamente estável em relação ao trimestre anterior (dada uma pequena variação de -0,4%). Ainda assim, o resultado representa expansão significativa frente ao mesmo período de 2023, quando a massa total era de R\$ 45,9 bilhões, o que corresponde a um crescimento de aproximadamente 17% em dois anos. No último ano, a expansão foi de 11,4%, refletindo o crescimento combinado da ocupação e dos rendimentos médios no período. Essa trajetória de crescimento reflete tanto a recuperação gradual do nível de ocupação quanto os ganhos reais nos rendimentos do trabalho observados no período.

Observando os dados divulgados pela CAGED em maio, o saldo de empregos no Nordeste foi de 45,9 mil, 675 empregos acima do mês anterior e 11,4 mil postos acima de maio/2024, com os setores de serviços e construção mantendo a trajetória de crescimento.

O setor de serviços segue como o motor de empregos da região, com saldo de 21,0 mil empregos, superando os 16,3 mil de maio/2024. A indústria também apresentou desempenho expressivo, com a geração de 9,3 mil postos de trabalho formais, resultado superior ao observado no ano anterior, com 6,6 mil postos. A construção civil manteve a trajetória de crescimento, com saldo de 6,0 mil vagas, acima dos 4,9 mil em maio/2024.

A agropecuária, por sua vez, reverteu o saldo negativo registrado em 2024 e encerrou o mês com 4,4 mil novas admissões líquidas. Já o comércio foi o único setor a registrar recuo, com a criação de 5,2 mil empregos, abaixo do resultado do ano anterior de 6,8 mil postos. Apesar disso, todos os setores apresentaram aumento no estoque de vínculos formais, sinalizando uma recuperação consistente do mercado de trabalho da região.



Gráfico 3: Evolução do Emprego no Nordeste

(Em milhares)



Fonte: Caged. Elaboração: Centro de Estudos para Desenvolvimento do Nordeste do FGV IBRE.

Entre os estados, a Bahia manteve a liderança regional na geração de postos formais, enquanto Pernambuco se destacou pelo forte avanço, dobrando o saldo de empregos em relação a maio/2024. Paraíba, Maranhão, Piauí e Sergipe também apresentaram melhora no saldo. Apesar do saldo positivo em todos os estados no mês, Alagoas, Ceará e Rio Grande do Norte registraram redução no número de novas vagas em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Tabela 2: Saldo de Empregos no Nordeste — maio/2025

UF	Saldo em Maio/2024	Saldo em Maio/2025	Situação (em relação a Maio/2024)
AL	2.390	324	▼
BA	9.417	12.858	▲
CE	7.165	5.769	▼
MA	2.876	3.560	▲
PB	1.895	5.905	▲
PE	4.742	9.754	▲
PI	2.299	3.559	▲
RN	2.888	2.220	▼
SE	779	1.939	▲
NE	34.451	45.888	▲
BR	139.557	148.992	▲

Fonte: Novo Caged. Elaboração: Centro de Estudos para Desenvolvimento do Nordeste do FGV IBRE.

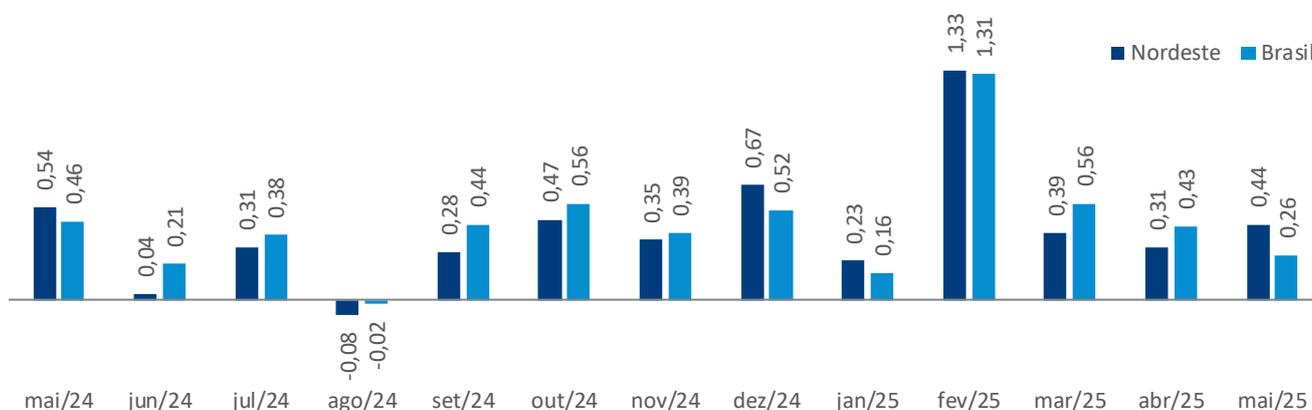


Inflação

O grupo Habitação causou o maior impacto no IPCA de maio para as capitais do Nordeste

A variação do IPCA em maio/2025 foi de 0,44% no Nordeste, acima da variação do Brasil, que ficou em 0,26%. Como ocorreu em abril, a inflação do consumidor da região segue em patamar inferior ao observado no mesmo mês do ano passado (em maio/2024, a variação foi de 0,54%). Apesar da variação menor na comparação interanual, o IPCA do Nordeste ficou 0,13 p.p. acima da taxa registrada em abril/2025.

Gráfico 1: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - mai/2025
Variação Mensal (%)



Fonte: IBGE. Elaboração: Centro de Estudos para Desenvolvimento do Nordeste do FGV IBRE.

Tabela 1: Inflação (IPCA) – maio/2025

UF	Var. Mensal	Var. acum. ano	Var. Acum. 12 meses
Fortaleza (CE)*	▲ 0,57	▲ 2,67	▲ 5,37
Recife (PE)*	▲ 0,56	▲ 2,68	▲ 4,33
Salvador (BA)*	▲ 0,35	▲ 2,71	▲ 4,89
São Luís (MA)	▲ 0,33	▲ 2,68	▲ 5,07
Aracaju (SE)	▲ 0,24	▲ 3,30	▲ 4,35
BR	▲ 0,26	▲ 2,75	▲ 5,32

Fonte: IBGE. Elaboração: Centro de Estudos para Desenvolvimento do Nordeste do FGV IBRE. *Região Metropolitana.

Em maio/2025, Fortaleza (+0,57%) e Recife (+0,56%) apresentaram as maiores variações mensais do IPCA entre as capitais nordestinas. Salvador acelerou em relação a abril, passando de 0,16% para 0,35%. Já São Luís e Aracaju registraram desaceleração, com esta última sendo a única abaixo da média nacional (+0,26%). No acumulado em 12 meses, Fortaleza lidera a inflação regional (5,37%), seguida por São Luís (5,07%) e Salvador (4,89%). Recife segue com o menor índice entre as capitais analisadas (4,33%), embora todas permaneçam com inflação em patamar elevado.



Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, a Habitação apresentou o maior impacto no índice em todas as capitais em maio, resultado da vigência da tarifa amarela na energia elétrica residencial, e com os seguintes reajustes tarifários nas capitais nordestinas: Recife, 3,33% a partir de 29 de abril; Fortaleza, redução de 1,68% a partir de 22 de abril; Aracaju, 6,99% a partir de 22 de abril; e Salvador, 2,07% a partir de 22 de abril.

O grupo Saúde e Cuidados Pessoais voltou a exercer pressão altista sobre o IPCA regional, contribuindo positivamente para o índice em todas as capitais. As maiores variações foram observadas em São Luís (+0,70%), Salvador (+0,60%) e Recife (+0,53%), refletindo aumentos em itens como medicamentos e planos de saúde.

Alimentação e Bebidas voltaram a ter papel relevante na composição da inflação em algumas capitais nordestinas, como Recife (+0,81%) e Fortaleza (+0,50%), que apresentaram as maiores altas no grupo, enquanto Aracaju (+0,05%) e São Luís (-0,02%) registraram variações praticamente nulas. A desaceleração parcial dos alimentos segue em linha com a recomposição da oferta e a estabilidade recente dos preços no atacado.

Nos Transportes, quatro das seis capitais analisadas apresentaram variações negativas, com destaque para Recife (-1,08%) e São Luís (-0,81%), que registraram as maiores quedas, influenciadas pela redução nos preços dos combustíveis. Apenas Fortaleza (+0,27%) e Aracaju (+0,13%) apresentaram variações positivas, mas com impacto limitado no índice geral.

Com os preços mostrando sinais mais claros de alívio e as projeções de inflação sendo revistas para baixo – o Focus de 27 de junho/2025 indica 5,2% para 2025 –, o cenário recente reforça a tendência de moderação, mas não elimina os riscos. Em várias capitais nordestinas, os grupos de habitação, saúde e alimentação ainda exercem pressões relevantes sobre o IPCA. A combinação entre choques localizados e incertezas fiscais e cambiais mantém a inflação como um desafio central para a política econômica, com impacto direto sobre a recomposição da renda real das famílias na região.

Tabela 2: Impacto no IPCA por grupo – maio/2025

IPCA - Impacto (p.p.)	Brasil	São Luís (MA)	Aracaju (SE)	Fortaleza (CE)	Recife (PE)	Salvador (BA)
Índice geral	▲ 0,26	▲ 0,33	▲ 0,24	▲ 0,57	▲ 0,56	▲ 0,35
Alimentação e bebidas	▲ 0,04	▼ 0,01	▲ 0,01	▲ 0,12	▲ 0,20	▲ 0,08
Habitação	▲ 0,18	▲ 0,34	▲ 0,14	▲ 0,31	▲ 0,45	▲ 0,19
Artigos de residência	▼ 0,01	0,00	▲ 0,01	▲ 0,01	▼ 0,02	▼ 0,01
Vestuário	▲ 0,02	▲ 0,02	▲ 0,01	▼ 0,02	▲ 0,04	0,00
Transportes	▼ 0,08	▼ 0,15	▲ 0,02	▲ 0,05	▼ 0,21	▼ 0,02
Saúde e cuidados pessoais	▲ 0,07	▲ 0,10	▲ 0,04	▲ 0,05	▲ 0,08	▲ 0,09
Despesas pessoais	▲ 0,04	▲ 0,02	▼ 0,02	▲ 0,04	▲ 0,01	▲ 0,01
Educação	0,00	▲ 0,01	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicação	0,00	0,00	▲ 0,01	▲ 0,01	▲ 0,01	▲ 0,02

Fonte: IBGE. Elaboração: Centro de Estudos para Desenvolvimento do Nordeste do FGV IBRE.



Comércio Exterior

Exportações de Ferro e Aço Contribuem para Redução do Déficit Comercial no Nordeste em Maio

Em maio, a balança comercial do Nordeste registrou déficit de US\$ 90,3 milhões, menor valor dos últimos meses, refletindo fatores sazonais e conjunturais. As exportações caíram 2,0%, enquanto as importações recuaram 30,1% em relação a maio de 2024.

No setor agropecuário, as exportações cresceram 2,1% frente ao mesmo mês de 2024, totalizando US\$ 715,8 milhões. A soja, principal produto da pauta, somou US\$ 542,2 milhões, equivalente a 75,7% das exportações do setor, com leve queda de 0,1%. O avanço foi puxado pelo aumento das vendas de frutas e nozes, que atingiram US\$ 48,4 milhões, alta de 32,7%, enquanto o algodão recuou 17,2%, com US\$ 61,8 milhões exportados. Nas importações, houve alta de 26,0%, impulsionada pelas maiores compras de cacau (US\$ 35,0 milhões) e látex (US\$ 7,4 milhões), apesar da redução nas compras de trigo (US\$ 57,4 milhões).

Na indústria de transformação, as exportações recuaram 4,7% na comparação interanual, totalizando US\$ 1,15 bilhão no mês. Celulose (US\$ 210,6 milhões), produtos semiacabados de ferro e aço (US\$ 169,9 milhões) e alumínio (US\$ 118,2 milhões) foram os principais itens exportados. Nas importações, o total somou US\$ 1,72 bilhão, queda de 12,9% frente a maio de 2024. A retração foi puxada pela queda de 34,8% nas compras de óleos combustíveis de petróleo, que somaram US\$ 402,4 milhões, e apesar do aumento nas importações de adubos e fertilizantes, que totalizaram US\$ 187,1 milhões, além de outros produtos de menor participação.

As exportações da indústria extrativista totalizaram US\$ 133,8 milhões, queda de 3,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, influenciada pela redução nas vendas de cobre, que somaram US\$ 49,9 milhões, e de óleos brutos de petróleo, com US\$ 28,4 milhões. As importações do setor alcançaram US\$ 267,0 milhões, recuo expressivo de 71,5%, puxado pela queda de 56,1% nas compras de óleos brutos de petróleo, principal item da pauta, que totalizou US\$ 207,3 milhões no mês.

Tabela 1: Balança Comercial por Setor no Nordeste – maio/2025

Setor	Exportações (US\$ FOB Milhões)	Importações (US\$ FOB Milhões)	Saldo
(US\$ FOB Milhões)	756,3	184,6	▲ 571,6
Agropecuária	715,8	109,6	▲ 606,2
Indústria de Transformação	1.155,2	1.725,1	▼ 569,9
Indústria Extrativa	133,9	267,0	▼ 133,2
Outros Produtos	7,4	0,9	▲ 6,5
Total	2.012,3	2.102,6	▼ 90,4

Fonte: COMEXSTAT-MDIC. Elaboração: Centro de Estudos para Desenvolvimento do Nordeste do FGV IBRE.

Dentre os estados, a Bahia registrou saldo positivo em maio, apesar da queda de 15,4% nas exportações e do recuo de 58% nas importações em relação a maio de 2024. O Ceará também apresentou superávit, com alta de



176,2%, impulsionada por embarques de ferro e aço no valor de US\$ 169,9 milhões. No Maranhão, o avanço de 28,5% nas exportações, puxado por soja, alumínio e celulose, garantiu resultado favorável. No Rio Grande do Norte, o bom desempenho da agropecuária, com destaque para frutas, nozes e minerais em bruto, sustentou o saldo positivo, mesmo com retração de 32,8% nas exportações e 26,1% nas importações. Em Sergipe, os embarques de óleos brutos de petróleo e sucos foram os principais responsáveis pelo superavit do mês.

Entre os estados com saldo deficitário, Alagoas registrou queda de 33,8% nas exportações e aumento de 27,1% nas importações, reflexo da retração nos embarques de açúcares e melações e do crescimento nas compras de adubos e produtos residuais de petróleo. Na Paraíba, o déficit decorre da baixa representatividade das exportações e da forte dependência de importações, especialmente óleos brutos de petróleo; na comparação interanual, exportações e importações recuaram 34,0% e 33,7%, respectivamente. Pernambuco também apresentou saldo negativo, influenciado pelo elevado volume de importações para a indústria de transformação, com destaque para partes e acessórios automotivos, além de propano e butano liquefeito.

Tabela 2: Balança Comercial dos Estados – maio/2025

UF	Exportação (US\$ FOB Milhões)	Importação (US\$ FOB Milhões)	Saldo (US\$ FOB Milhões)
AL	68,5	86,8	▼ 18,3
BA	800,9	655,9	▲ 145,0
CE	269,8	240,1	▲ 29,7
MA	567,8	316,6	▲ 251,2
PB	8,7	93,0	▼ 84,2
PE	78,2	622,1	▼ 543,9
PI	130,4	42,5	▲ 87,9
RN	45,7	37,4	▲ 8,3
SE	42,1	8,2	▲ 33,9
NE	2.012,3	2.102,6	▼ 90,4

Fonte: COMEXSTAT-MDIC. Elaboração: Centro de Estudos para Desenvolvimento do Nordeste do FGV IBRE.

As exportações para os Estados Unidos cresceram 68,3% na comparação interanual, impulsionadas pelos embarques de ferro e aço do Ceará, que somaram US\$ 128,8 milhões. As vendas de soja para a China subiram 1,1%, totalizando US\$ 430,9 milhões no mês. O Canadá elevou as compras de ouro, que chegaram a US\$ 93,2 milhões, equivalente a 49,6% das exportações nordestinas para o país. Nas importações, Estados Unidos e Rússia foram os principais fornecedores de óleos combustíveis, respondendo por mais da metade dos US\$ 402 milhões comprados pela região. A China, segundo maior fornecedor, vendeu US\$ 379 milhões, com destaque para adubos e fertilizantes, componentes eletrônicos e máquinas industriais.



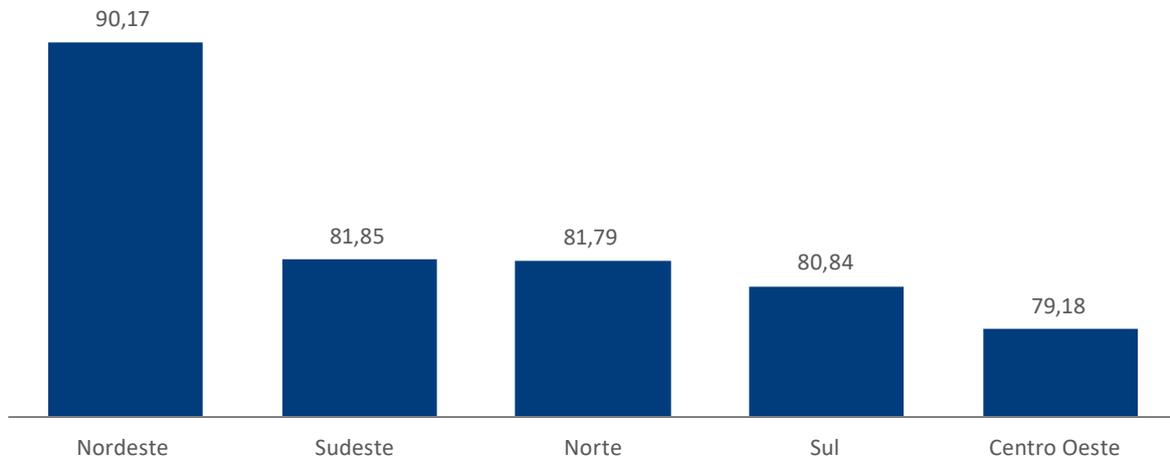
Finanças Públicas

A dependência dos municípios do Nordeste das transferências intergovernamentais

Os municípios nordestinos enfrentam elevada dependência de transferências intergovernamentais como principal fonte de receita. Esse padrão decorre de um baixo dinamismo econômico regional e da alta informalidade do mercado de trabalho, que reduzem a base tributária disponível. Embora essas transferências sejam essenciais para viabilizar políticas públicas, essa estrutura fiscal fragiliza a autonomia dos governos locais e impõe desafios à sustentabilidade financeira.

O gráfico 1 evidencia a limitada capacidade dos municípios nordestinos de gerar receitas fiscais próprias em 2023, conforme dados da Secretaria do Tesouro Nacional. O gráfico apresenta a média da razão entre o total de transferências intergovernamentais — federais ou estaduais — e a receita corrente dos municípios, agregada por região. No Nordeste, essa proporção atinge, em média, 90,17%, o que significa que menos de 10% da receita corrente municipal é originada por arrecadação própria. Para fins comparativos, esse indicador é de 81,79% na região Norte e de 84,20% no conjunto dos municípios brasileiros.

Gráfico 1: Transferências intergovernamentais sobre receita corrente dos municípios nordestinos em 2023



Fonte: STN. Elaboração: Centro de Estudos para Desenvolvimento do Nordeste do FGV IBRE.

Em 2020, a região Nordeste respondia por cerca de 25% da população brasileira, mas apenas 14,2% do PIB nacional, com concentração de atividade em poucos estados (Bahia, Ceará e Pernambuco). Esse desalinhamento entre população e produto reflete a baixa produtividade e impacta diretamente a arrecadação própria dos municípios.

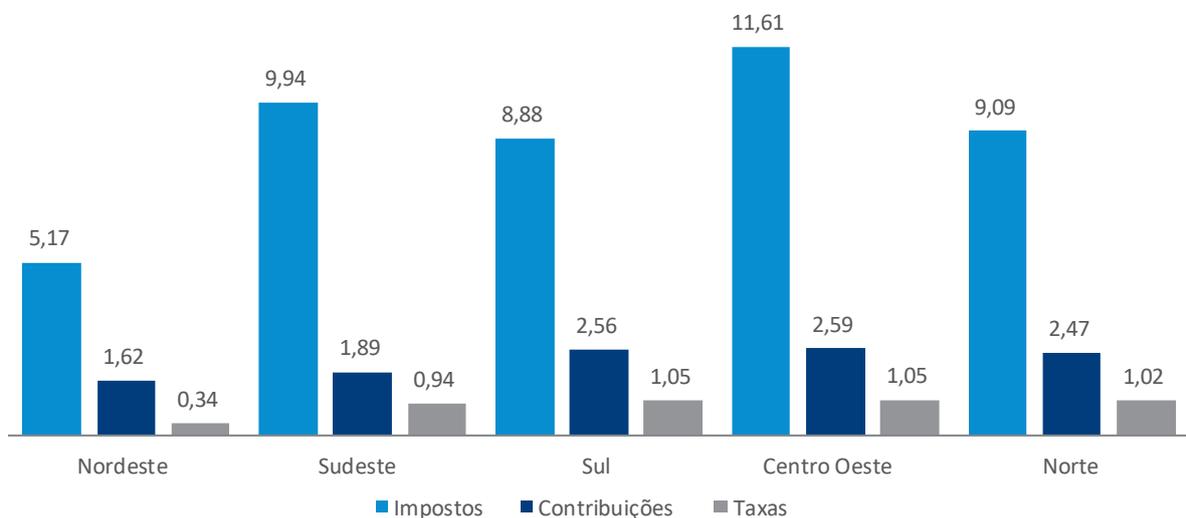
Dados da Secretaria do Tesouro Nacional (2023) revelam que, em média, 90,2% das receitas correntes dos municípios nordestinos advêm de transferências da União ou dos estados, restando menos de 10% provenientes de tributos locais. No Brasil como um todo, essa proporção é de 84,2%, e no Sudeste, significativamente menor. A geração de receita própria per capita mensal no Nordeste é de apenas R\$ 44,68, frente a R\$ 101,31 no Sudeste e R\$ 145,66 no Sul.



A análise estadual mostra que, em estados como Maranhão, Piauí, Bahia e Paraíba, mais de 70% dos municípios dependem de transferências para mais de 90% de sua receita. Ainda que existam variações interregionais (como Alagoas e Pernambuco, com percentuais menores), o fenômeno é generalizado e sem padrão geográfico evidente. Um mapa baseado nessa razão reforça que essa dependência se espalha por todo o território nordestino.

Para entendermos em mais detalhes a distribuição das fontes de receitas próprias dos municípios nordestinos, o gráfico 2 apresenta o percentual das três principais fontes de receitas próprias dos municípios brasileiros sobre a receita corrente, agregados em média pelas regiões. A região Centro-Oeste destaca-se na arrecadação de impostos devido principalmente ao agronegócio. Sudeste, Sul e Norte arrecadam aproximadamente 9,30% das suas receitas por meio de impostos. Esse valor cai para 5,17% no Nordeste.

Gráfico 2: Fontes de receitas tributárias média dos municípios brasileiros por região



Fonte: STN. Elaboração: Centro de Estudos para Desenvolvimento do Nordeste do FGV IBRE.

As taxas são uma fonte pouco rentável para os municípios do Nordeste. Apenas 0,34% da receita desses municípios decorre desse mecanismo de tributação. Importante considerar que as taxas são uma espécie tributária cuja cobrança é vinculada à atuação do estado. O baixo valor relativamente às outras regiões menos populosas denota que nem mesmo as máquinas públicas têm sido utilizadas pelos contribuintes, gerando menos recursos provenientes da atuação estatal, tendo em vista que taxas são uma espécie de tributo que decorre do exercício regular do poder de polícia ou da utilização (efetiva ou potencial) de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

O que se conclui inicialmente é que o baixo dinamismo da região afeta a capacidade de geração de recursos dos municípios do Nordeste. No entanto, a comparação das fontes de receitas entre as regiões sugere que os municípios nordestinos têm potencial espaço para aumentar sua receita própria. Dito de outra forma, embora parte da explicação da forte dependência das transferências intergovernamentais seja o baixo dinamismo econômico e a elevada informalidade, a ineficiência na capacidade arrecadatória também parece ter um papel relevante. Este ponto é importante porque o custo social de aumentar o dinamismo econômico na região é bem menor do que o custo de aumentar a capacidade fiscal dos municípios nordestinos.

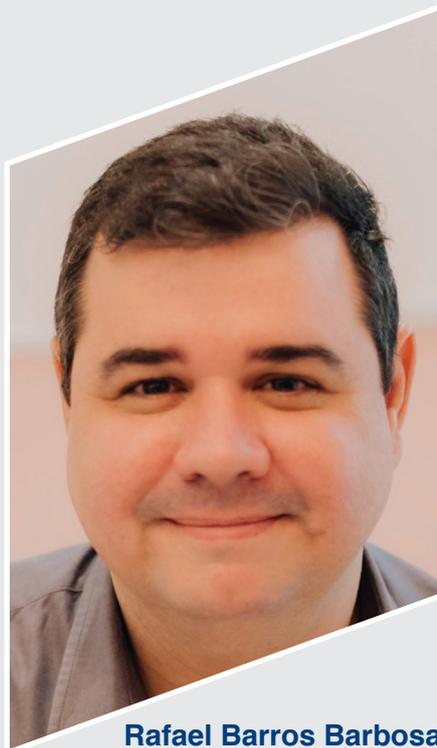


Em síntese, a forte dependência dos municípios nordestinos de transferências intergovernamentais é consequência de uma estrutura econômica frágil, mas também de baixa eficiência arrecadatória. Há espaço para avanço por meio de intervenções e melhoria da gestão fiscal local, desde que acompanhadas de incentivos institucionais e apoio técnico. Promover esse fortalecimento fiscal é crucial para aumentar a autonomia dos municípios e melhorar a qualidade dos serviços públicos na região.



Nordeste em Foco

Uma possível agenda para o enfrentamento da
evasão escolar no Nordeste



Rafael Barros Barbosa

Professor de Economia Aplicada - UFC.
Pesquisador do Centro de Estudos para o
Desenvolvimento do Nordeste, do FGV IBRE.



Antônia Amanda Araújo

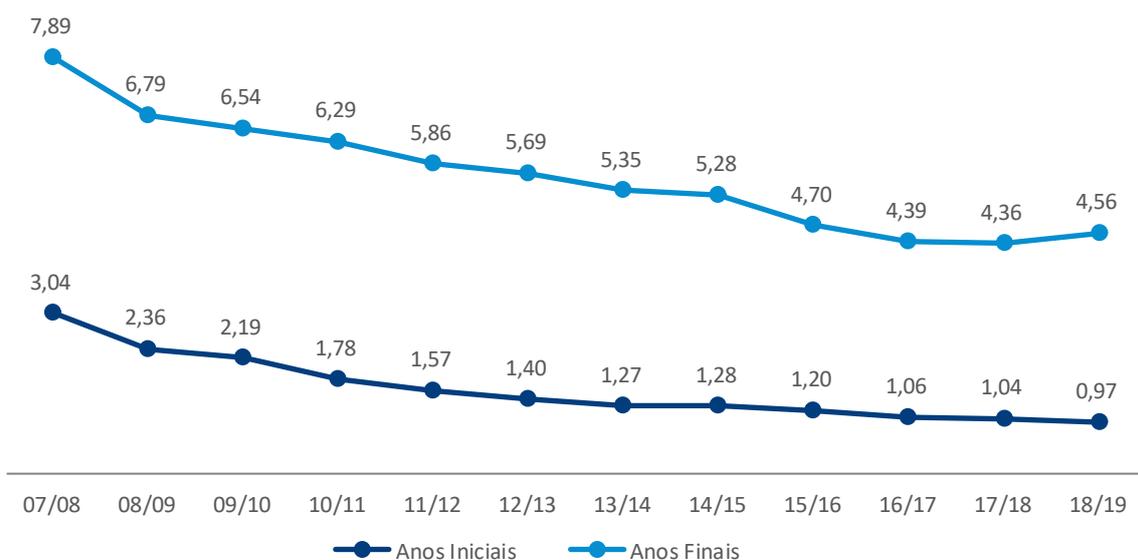
Doutoranda em Economia - CAEN/UFC



A interrupção do fluxo escolar, relacionado à retenção, evasão ou abandono¹, pode representar custos privados e sociais potencialmente maiores do que déficits de aprendizagem. Barros *et al* (2021) estimou o custo, em termos de remuneração, de um estudante não concluir o ensino básico no Brasil como sendo de R\$ 159 mil ao longo da sua vida. Se considerarmos outros aspectos individuais – tais quais expectativa de vida e perdas sociais – como externalidades, esse valor pode chegar a R\$ 395 mil por jovem que não conclui o ensino básico. Segundo os autores do estudo, no Brasil, mais de 500 mil jovens deixam de concluir a educação básica a cada ano ao ingressarem na vida adulta, gerando uma perda anual estimada em R\$ 220 bilhões para a sociedade — o equivalente a 1/30 do PIB nacional e a mais de dois terços de todo o investimento público anual destinado à educação básica de mais de 40 milhões de alunos.

Analisando a taxa de evasão escolar no Brasil pré-pandemia, observa-se três fatos importantes. O primeiro, apresentado no Gráfico 1, é que, desde 2007, há uma redução significativa na evasão escolar; porém, aparentemente, tal redução alcançou um platô em anos recentes. O segundo, apresentado no gráfico 2, indica que, olhando apenas para 2019, existe forte heterogeneidade nas taxas de evasão por etapas escolares, e as maiores taxas concentram-se nos anos finais (6º a 9º anos). Por fim, o Gráfico 3 sugere que, apesar das reduções expressivas no Brasil, existem números desafiadores de evasão escolar no Nordeste no 9º ano.

Gráfico 1: Taxa de evasão escolar Anos Iniciais e Anos Finais entre 2007 a 2019

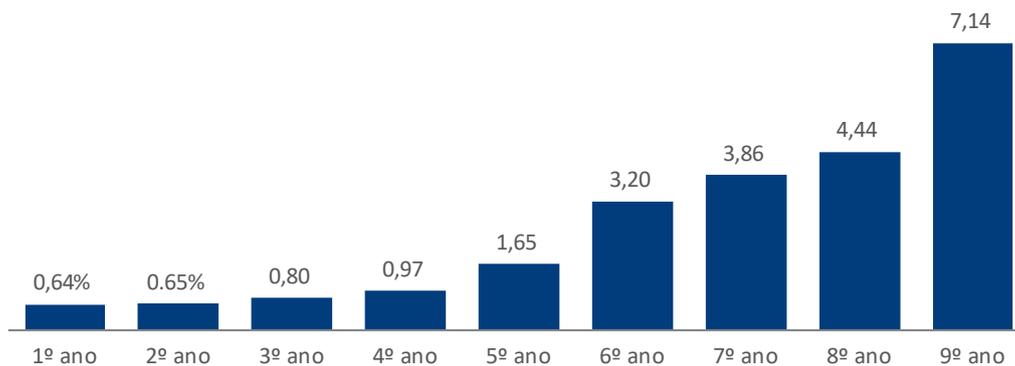


Fonte: Elaborado pelos autores com dados do INEP.

¹Abandono e evasão escolar são conceitos diferentes. Abandonar a escola significa deixar de frequentar a escola durante o período letivo e retornar à escola em período subsequente. Por sua vez, evasão escolar significa deixar de frequentar a escola durante o período letivo e não retornar mais para concluir os estudos (INEP, 2017).



Gráfico 2: Taxa de evasão escolar por etapa do Ensino Fundamental para o ano de 2019



Fonte: Elaborado pelos autores com dados do INEP.

Gráfico 3: Taxa de evasão no 9º ano do Ensino Fundamental por estados do Nordeste



Fonte: Elaborado pelos autores com dados do INEP.

Existem diversos programas voltados ao enfrentamento da evasão escolar. Barros *et al* (2019) apresentam uma lista de iniciativas e programas nacionais e internacionais que buscam combater as principais causas da evasão. Um canal ainda pouco estudado nessa agenda é como a melhoria da qualidade da gestão escolar contribui na mitigação do número de estudantes que deixam de frequentar a escola.

Seguindo a nomenclatura do World Management Survey (WMS), a gestão escolar é relacionada a diferentes aspectos que contribuem para melhorar a eficiência da oferta de educação. Monitoramento ativo das atividades escolares, estabelecimento de metas escolares, melhoramento na gestão de pessoas, personalização do ensino e gestão baseada em dados são alguns desses aspectos (BLOOM *et al*, 2015).

A melhora na qualidade da gestão escolar pode facilitar o enfrentamento da evasão por diferentes canais. Primeiro, o monitoramento ativo das atividades escolares contribui para identificar problemas relacionados à aprendizagem ou à presença em sala de aula. Além disso, estabelecimento de metas permite que se tenha parâmetros para identificar situações em que as atividades escolares precisam ser ajustadas. Por fim, a personalização do ensino pode contribuir para reduzir a falta de motivação dos estudantes atrasados em termos de aprendizado, uma das causas da evasão escolar.

Apesar desse potencial impacto, o ensino público no Brasil apresenta desafios adicionais na implementação de melhorias na gestão escolar. Primeiro, devido à forma de contratação dos servidores públicos, a gestão de pessoal é pouco viável. Segundo, diferentemente da experiência de outros países, os gestores das escolas



(diretores e diretoras) têm menor autonomia para a gestão financeira, de currículo e de pessoal das escolas. Por fim, existem dúvidas se os gestores escolares acreditam que a adoção de certas práticas de gestão escolar são efetivas para combater a evasão.

Dois recentes estudos dos autores desse texto buscam jogar luz na relação entre a melhora na gestão escolar e evasão no Nordeste. Barbosa, Araujo e Sousa (2025) analisam o impacto do Programa Alfabetização na Idade Certa (Paic), implementado no Ceará em 2007, sobre as taxas de evasão escolar no 9º ano do ensino fundamental. O Paic é um programa composto por eixos de ações articulados e focados no objetivo de promover a aprendizagem – sobretudo, a alfabetização – na idade escolar adequada.

Para alcançar tal objetivo, o Paic foi desenhado em quatro eixos: monitoramento/acompanhamento e avaliação; apoio técnico; mecanismos de incentivo e insumos pedagógicos. Utilizando a taxonomia do World Management Survey (WMS), o Paic busca promover aspectos tais como: padronização dos processos instrucionais, clareza e comparabilidade de metas, valorização de profissionais de alto desempenho, monitoramento de desempenho, revisão de desempenho, melhoria contínua, planejamento baseado em dados e transições estudantis, além da adoção de melhores práticas educacionais.

Por meio de abordagem econométrica de diferenças em diferenças, os autores mostram dois resultados interessantes. Primeiro, estudantes expostos ao Paic apresentaram uma redução de 1,06 ponto percentual na taxa de evasão escolar no 9º ano quando comparados a estudantes dos demais estados do Nordeste. Segundo, houve redução de 4,6 pontos percentuais na taxa de distorção idade-série, uma medida que é correlacionada com abandono escolar em etapas anteriores ao 9º ano².

Os autores ainda expandem a análise, comparando os resultados com os achados por Barros *et al.* (2021), e mostram que, considerando a quantidade de estudantes que permaneceu na escola por causa do Paic, houve um benefício líquido em termos de remuneração para esses estudantes (ao longo de suas vidas) de aproximadamente R\$ 140 milhões em um único ano. Ou seja, melhorar a qualidade da gestão escolar tem impacto causal e relevante economicamente sobre a taxa de evasão escolar. É, portanto, uma alternativa em termos de políticas públicas aplicadas com sucesso no Nordeste.

Porém, uma questão ainda aberta é saber se os gestores escolares entendem que programas voltados à melhora de gestão escolar são efetivos para reduzir a evasão (abandono) escolar. Caso os gestores não vejam essa opção como uma alternativa que gere impacto, pode ser que a tentativa de implementar tais políticas de gestão escolar enfrente oposição dos gestores, o que tende a reduzir sua efetividade³.

Em um outro trabalho, Barbosa, Araujo e Ribeiro (2025) investigam o quanto gestores públicos de escolas municipais de 17 municípios do Nordeste acreditam que determinadas práticas de gestão contribuem para reduzir o abandono escolar. Foram entrevistados, por meio de questionários online, um total de 861 gestores escolares, entre diretores e coordenadores das escolas.

Em particular, perguntou-se aos gestores se eles acreditavam que as práticas de monitoramento ativo e estabelecimento de metas eram efetivas para reduzir o abandono escolar. O Gráfico 4 apresenta os resultados

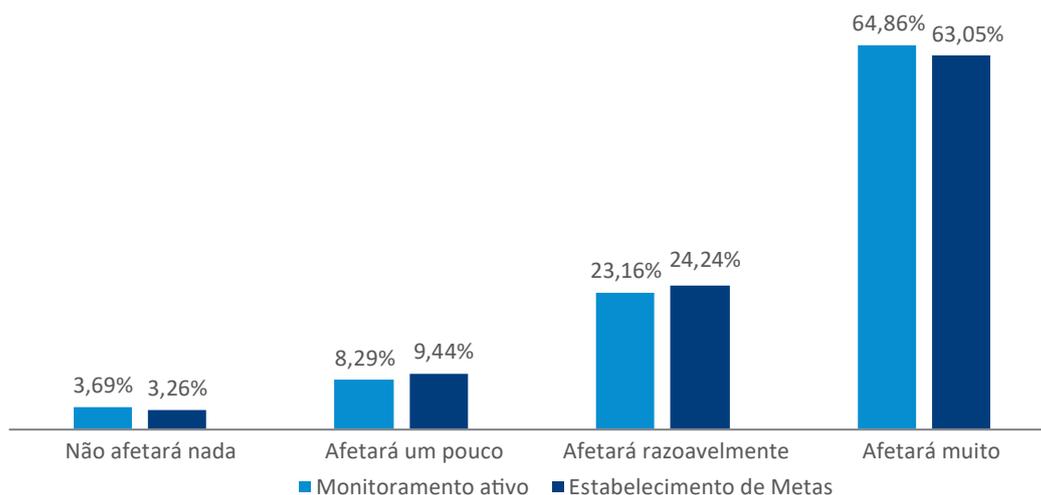
²De fato, a taxa de distorção idade-série mensura a proporção de estudantes que estão em atraso escolar de pelo menos dois anos. Dois são os principais motivos do atraso escolar: reprovação (retenção) e abandono escolar em etapas anteriores ao 9º ano.

³Importante ressaltar que o Paic é um programa desenvolvido pelo Governo do Estado do Ceará e implementado pelos municípios. Um aspecto do Paic contribui para reduzir a oposição ao programa por parte dos gestores escolares no Ceará: os municípios que melhoram seus resultados educacionais recebem mais transferências da cota-parte do ICMS. Ou seja, líderes políticos locais têm forte incentivo para adotar o Paic. Com isso, lideranças locais podem contribuir para a aceitação do programa por parte dos gestores escolares.



de forma agregada, ficando claro que os gestores escolares acreditam que adotar tais práticas tem potencial para impactar o abandono escolar. Em ambos os casos, aproximadamente 88% dos gestores entrevistados acreditam que elas tendem a reduzir o abandono (“afetará razoavelmente” e “afetará muito”). Ou seja, espera-se que não apenas esses gestores vejam essas medidas como algo efetivo, mas que apoiem sua adoção.

Gráfico 4: Opinião de gestores escolares do Nordeste sobre se a adoção de práticas de gestão afetará (reduzir) o abandono escolar



Fonte: Elaborado pelos autores.

Os resultados dos dois artigos mostram que:

1. Gestão escolar tem influência em um dos grandes problemas da educação no Nordeste, a evasão escolar, especialmente no 9º ano.
2. Existem políticas de fomento à qualidade da gestão escolar que têm impacto real sobre a evasão escolar, com efeito economicamente significativo para os jovens, e que foram aplicadas no contexto do Nordeste.
3. Gestores escolares do Nordeste acreditam que tais políticas terão realmente impacto sobre o fluxo escolar. Talvez essa seja uma possível agenda do Nordeste para enfrentar a evasão escolar.

Referências

- BARBOSA, R.; ARAUJO, A. A.; SOUSA, Y. B. **The impact of the Right Age Program (Paic) on school dropout.** Working Paper. Fortaleza: UFC, 2025.
- BARBOSA, R.; ARAUJO, A. A.; RIBEIRO, D. **What are the expectations of educational managers about the effectiveness of school management practices?.** Working Paper. Fortaleza: UFC, 2025.
- BARROS, R. P. D.; AMIRIS, P.; GARCIA, B.; SAORES, C.; COUTINHO, D.; GALL, G.; MACHADO, L. M. **Políticas públicas para a redução do abandono e evasão escolar de jovens.** Working Paper. São Paulo: INSPER, 2019.
- BARROS, R. P. D.; MACHADO, L. M.; FRANCO, S. **Consequências da violação do direito à educação.** Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2021.
- BLOOM, N. *et al.* Does management matter in schools?. **The Economic Journal**, v. 125, n. 584, p. 647-674, 2015.



Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Praia de Botafogo, 190 – CEP 22250-900 – Rio de Janeiro – RJ
Caixa Postal 62.591 – CEP 22257-970 – Tel.: (21) 3799-4747

Primeiro Presidente e Fundador

Luiz Simões Lopes

Presidente

Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Clovis José Daudt Darrigue de Faro, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque

Conselho Diretor

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Clovis José Daudt Darrigue de Faro, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque

Vogais: Ary Oswaldo Mattos Filho, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, José Ermírio de Moraes Neto, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade

Suplentes: Aldo Floris, Alexandre Koch Torres de Assis, Almirante Luiz Guilherme Sá de Gusmão, Antonio Monteiro de Castro Filho, Carlos Eduardo de Freitas, Gilberto Duarte Prado, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Marcelo José Basílio de Souza Marinho

Conselho Curador

Presidente: João Alfredo Dias Lins (Presidente em exercício)

Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)

Vogais: Antonio Alberto Gouvea Vieira, Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado de Minas Gerais, Estado do Rio de Janeiro, Estado do Rio Grande do Sul, Federação Brasileira de Bancos (Isaac Sidney Menezes Ferreira), General Sergio Westphalen Etchegoyen, IRB – Brasil Resseguros S.A. (Antônio Cássio dos Santos), João Alfredo Dias Lins (representante da Klabin Irmãos & Cia), Luiz Carlos Piva, Luiz Ildelfonso Simões Lopes, Luiz Roberto do Nascimento e Silva, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Maria Tereza Leme Fleury, Miguel Pachá, Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Ricardo Oberlander, Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Resseguros e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo (Ronaldo Mendonça Vilela)

Suplentes: Almirante Petronio Augusto Siqueira de Aguiar, Alvaro Toubes Prata, Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, Guilherme Ary Plonski, Heloi José Fernandes Moreira, Istvan Karoly Kaszner, Leila Maria Carrilo Cavalcante Ribeiro Mariano, Nilson Teixeira, Raphael José de Oliveira Barreto, Sandoval Carneiro Junior, Tenente Brigadeiro-do-Ar Jeferson Domingues de Freitas

Instituto Brasileiro de Economia

Diretor:

Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Superintendência de Estatísticas Públicas:

Aloisio Campelo Junior

Superintendência de Infraestrutura e Mercados Globais:

Túlio Barbosa

Superintendência de Pesquisa, Dados e Operação:

André Lavinás

Superintendência de Gestão Estratégica e Organizacional:

Joana Braconi

Superintendência de Produtos Digitais:

Viviane Seda

Superintendência de Tecnologia da Informação:

Vitor Rangel



Instituto Brasileiro de Economia

Coordenação do Centro de Estudos para o Desenvolvimento do Nordeste

Flávio Ataliba Barreto

Coordenação Geral e Técnica do Boletim Macro Regional

Isadora Gonçalves Costa Osterno

Equipe Permanente

João Mário Santos de França

Rafael Barros Barbosa

Vitor Hugo Miro

Assistente de Pesquisa

Thiago de Araújo Freitas

Revisão Editorial

Fernando Dantas

Editoria de Arte

Marcelo Utrine

Advertência

As manifestações expressas por integrantes dos quadros da Fundação Getúlio Vargas, nas quais constem a sua identificação como tais, em artigos e entrevistas publicados nos meios de comunicação em geral, representam exclusivamente as opiniões dos seus autores e não, necessariamente, a posição institucional da FGV. Este Boletim foi elaborado com base em estudos internos e utilizando dados e análises produzidos pelo IBRE e outros de conhecimento público com informações atualizadas até 10 de julho de 2025. O Boletim é direcionado para clientes e investidores profissionais, não podendo o IBRE ser responsabilizado por qualquer perda direta ou indiretamente derivada do seu uso ou do seu conteúdo. Não pode ser reproduzido, distribuído ou publicado por qualquer pessoa, para quaisquer fins.



FGV IBRE

Dúvidas, fale conosco pelo e-mail: ibre@fgv.br

ACESSE O FGV IBRE NAS REDES SOCIAIS:

